



Ata da 151ª, centésima quinquagésima primeira reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte de abril de dois mil e vinte e três. Nesta data reuniram-se os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPMJ, em modo híbrido, sendo on-line e na sala de reuniões da sede do IPMJ, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros do Conselho Deliberativo: Adriana Cristina de Souza Faria (on-line), Ana Paula Nola Denski Bif, Carlos Augusto Zani, Danielle de Paula, José Ricardo Vinhas (on-line), Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo (on-line), Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Renata Ramos Vieira, Reynaldo Bueno Prianti Neto (on-line) e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Alexandre Vinicius de Souza, Carlos Alberto Abreu dos Santos, José Edson Silva Souza, que justificaram a ausência e a conselheira Dayane Lisboa Azevedo não justificada. Conselho Fiscal: Amauri Arnaldo Junior e Rafaela Carvalho dos Santos (on-line). Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva Carneiro, o advogado do IPMJ Dr. Francisco e o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina, a contadora Ivanir Medeiros por vídeo conferência. A reunião teve início às 9h10, sendo conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a pauta do dia conforme a convocação, após, seguiu-se a pauta: 1- Avaliação atuarial: A presidente Rossana fez a apresentação do estudo atuarial que foi desenvolvido pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S. S. Ltda, sob a responsabilidade do Sr. Richard Dutzmann. A presidente explicou que conforme prevê na Emenda Constitucional nº 103/2019, cada ente deve implementar as suas próprias reformas, respeitando o equilíbrio financeiro e atuarial. A presidente esclareceu que o Equilíbrio Financeiro consiste na equivalência entre as receitas e as despesas previdenciárias no exercício (curto prazo), e o Equilíbrio Atuarial é a garantia de equivalência, a valor presente, entre as receitas estimadas e as despesas projetadas, até a extinção da massa de segurados atuais (longo prazo), assim o estudo atuarial verifica se o valor das contribuições dos segurados e servidores é suficiente para pagar os benefícios concedidos nos próximos 75 anos, esclareceu ainda que o estudo atuarial parte das informações do grupo de servidores, considerando os cargos, idade, sexo, tempo de serviço e os dados dos dependentes, utilizando também dados estatísticos para estimar a evolução dos custos previdenciários. Afirmou ainda que 2/3 dos aposentados do instituto são paritários o que impacta nos custos previdenciários. A presidente apresentou um quadro dos resultados atuariais desde 2018 até 2022, destacando que houve uma pequena queda no número de servidores ativos e uma alta no número de aposentados, registrando ainda que a redução na taxa de juros também apresenta impactos para o déficit atuarial, destacando que a reforma auxiliou na redução do déficit, com projeção de maiores impactos futuros, dentre eles a projeção da alíquota suplementar que está prevista para 35,38%, de 2024 a 2065. Apresentou a análise do comparativo das últimas avaliações atuariais como o plano de custeio e a estatística da população coberta. Dentre as informações analisadas apresentou as conclusões quanto: a rentabilidade dos ativos garantidores afetados pela situação macroeconômica do país, a atualização da tábua de mortalidade, refletindo aumento de expectativa de vida, aumentando o compromisso de pagamento da massa segurada, o envelhecimento do grupo agravado pela falta de renovação de servidores



ativos e do tempo disponível para aumento dos ativos garantidores, a redução do quantitativo de segurados em atividade, com aumento na média de remuneração e o aumento do quantitativo de aposentados e pensionistas com crescimento dos valores médios de proventos. A presidente explicou para a conselheira Ana Paula como ocorre o pagamento dos servidores que aposentam com paridade, destacando que o servidor aposentado com paridade não contribuiu com o valor recebido na aposentadoria, sendo complementada pelo advogado Francisco Caluza que esclareceu que a reserva é formada pelos próprios servidores em um regime de capitalização, o que acaba gerando um déficit nos casos da paridade. A presidente continuou apresentando as conclusões do estudo, quanto: o RPPS apresentou crescimento do patrimônio inferior as provisões matemáticas; plano de custeio insuficiente para o equilíbrio atuarial; estagnação do número de segurados, com aumento dos valores de benefícios projetados; fundo previdenciário com liquidez e com solvência satisfatória e recomendação da atualização do cadastro dos servidores ativos, para maior confiabilidade dos dados. Quanto ao índice de cobertura, apresentou um quadro que demonstrou a evolução do índice, sendo que em dez/2020 era de 42,86%, em dez/2021 – 38,55% e em dez/2022 – 39,84%. Quanto a redução do limite de isenção dos aposentados e pensionistas, registrou que 965 dos aposentados passaram a contribuir conforme a reforma previdenciária municipal, com um impacto anual grande no aumento das contribuições. Apresentou ainda outras alternativas para a redução do déficit atuarial como a vinculação das retenções de IR, havendo discussão quanto o valor ficar retido no IPMJ e não ser repassado a prefeitura, sendo respondido que foi solicitado o cálculo do impacto deste repasse e sobre a alíquota aplicada à folha dos professores, que hoje é 3,52%, esclarecendo que há o entendimento que o cálculo foi errado e ficou menor, sendo solicitado agora o impacto do professor que aposenta com a contribuição de 25 anos, podendo ocorrer aumento nesta alíquota. A presidente explicou que diante da situação de indagações quanto a contribuição dos aposentados, antecipou-se apresentando ao atuário questionamento quanto eventual extinção da cobrança, sendo respondido por este que esta é uma decisão administrativa, porém, diante do aumento significativo dos proventos de aposentadoria e pensão em 2022, o atuário sugere a manutenção da contribuição. Por fim, apresentou os representantes da Comissão Permanente de Assuntos Previdenciários. 2- Relatório de Gestão Atuarial: o relatório foi apresentado pelo assessor Luís, sendo o estudo referente ao triênio (2020-2022), em que foi registrado o comparativo das receitas e despesas estimadas e realizadas, com a evolução dos três anos, o quantitativo de assegurados no período sendo possível verificar a redução de ativos, apresentou o quadro do relatório da avaliação atuarial no período, com as devidas observações quanto aos números registrados. Apresentou-se os quadros com o custo e alíquotas de custeio normal e o equacionamento do déficit atuarial, com a projeção até 2065 quanto a alíquota, apresentando por fim a conclusão de que: a receita realizada foi superior a receita estimada, a despesa realizada foi inferior a despesa estimada, que o número de servidores ativos diminuiu, a medida em que, o número de aposentados e pensionista aumentaram, e o déficit atuarial aumentou em uma porcentagem expressiva, sendo de 22,09%, recomendando a manutenção de estudos quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial. O conselheiro



Amauri questionou que tendo em vista o aumento da alíquota suplementar de 19,52% para 35,38% e considerando que na legislação municipal aprovada em 2022 havia a previsão de avaliar anualmente o desconto de 14% dos aposentados que recebem acima de 3 salários mínimos, se é possível viabilizar um estudo solicitando os impactos no déficit caso haja o aumento de descontos para 4 salários mínimos, sendo respondido pela presidente que não chegaram neste aspecto na LDO e que não há estudo. O conselheiro Victor questionou dos casos de servidores que deixam o serviço público municipal e se aposentam pelo INSS, sendo respondido que neste caso há a compensação previdenciária, sendo que atualmente o instituto mais recebe que transfere ao COMPREV. A presidente passou a conversar com os presentes na sede do IPMJ sobre o quadro de avaliação atuarial, em especial quanto ao déficit registrado. Encerrada as apresentações, o Relatório de Gestão Atuarial foi submetido a votação, sendo aprovado, sem objeções. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 10h23. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte de abril de dois mil e vinte e três. \*\*\*\*\*

**PRESIDENTE**

Rossana Vasques

**CONSELHEIROS**

Adriana Cristina de Souza Faria

Ana Paula Nola Denski Bif

Carlos Augusto Zani

Danielle de Paula

José Ricardo Vinhas

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo

Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Renata Ramos Vieira

Reynaldo Bueno Prianti Neto

Victor Adriano Vieira Silva

